

Transmissora Sul  
Litorânea de  
Energia S.A. - TSLE

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -  
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office  
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil  
Caixa Postal 1420  
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil  
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301  
www.kpmg.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Administradores e aos acionistas da  
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE  
Florianópolis - SC

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe



incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 09 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis  
Contador CRC SC-024494/O-1

## Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015	Passivo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.208	5.793	Fornecedores e empreiteiros	10	18.266	11.070
Concessionários e Permissionários	6	12.242	12.470	Empréstimos e Financiamentos	11	37.231	46.862
Impostos a recuperar	7	1.036	541	Folha de pagamento		83	72
Estoques		8.434	8.733	Impostos e contribuições a recolher		1.587	2.027
Despesas antecipadas		61	2.481	Provisões contratuais	10	31.361	29.685
Ativo financeiro de concessão	8	30.249	28.215	Taxas regulamentares	12	2.945	1.806
Outros		752	-	Outros		391	-
		<u>58.982</u>	<u>58.233</u>			<u>91.864</u>	<u>91.522</u>
Total do ativo circulante				Total do passivo circulante			
Ativo financeiro de concessão	8	896.549	884.031	Empréstimos e Financiamentos	11	417.621	448.409
Cauções e depósitos vinculados	9	18.214	18.693	Impostos diferidos	13	20.894	2.853
Impostos a recuperar	7	3	-	Adiantamento para aumento de capital - AFAC	14	171.361	156.859
Despesas antecipadas		661	722			<u>609.876</u>	<u>608.121</u>
Imobilizado		2.389	2.161	Total do passivo não circulante			
		<u>917.816</u>	<u>905.607</u>				
Total do ativo não circulante				<b>Patrimônio líquido</b>	15		
				Capital social		280.000	280.000
				Prejuízos Acumulados		(4.942)	(15.803)
						<u>275.058</u>	<u>264.197</u>
				Total do patrimônio líquido			
						<u>976.798</u>	<u>963.840</u>
Total do Ativo		<u>976.798</u>	<u>963.840</u>	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receita operacional líquida</b>	16	103.329	150.922
Custo de construção		(9.381)	(68.570)
Custo de operação	17	<u>(8.473)</u>	<u>(24.647)</u>
Lucro bruto		<u>85.475</u>	<u>57.705</u>
Despesas administrativas	18	(2.686)	(3.813)
Impairment sobre o ativo financeiro	8	<u>11.871</u>	<u>(11.871)</u>
Total das despesas operacionais		<u>9.185</u>	<u>(15.684)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		<u>94.660</u>	<u>42.021</u>
Receita financeira		3.222	2.077
Despesa financeira		<u>(68.980)</u>	<u>(63.619)</u>
Resultados financeiros líquidos	19	<u>(65.758)</u>	<u>(61.542)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>28.902</u>	<u>(19.521)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>(18.041)</u>	<u>495</u>
Resultado do exercício		<u><u>10.861</u></u>	<u><u>(19.026)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Resultado do exercício		<u>10.861</u>	<u>(19.026)</u>
Outros resultados abrangentes		<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u><u>10.861</u></u>	<u><u>(19.026)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>				<b>Total</b>
	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de retenção de lucros</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>280.000</u>	<u>161</u>	<u>3.062</u>	<u>-</u>	<u>283.223</u>
Resultado do exercício	-	-	-	(19.026)	(19.026)
Absorção de prejuízo	-	(161)	(3.062)	3.223	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2015</b>	<u>280.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(15.803)</u>	<u>264.197</u>
Resultado do exercício	-	-	-	10.861	10.861
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<u>280.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.942)</u>	<u>275.058</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado do exercício		28.902	(19.026)
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais</b>			
Receita financeira	8	(97.494)	(72.817)
Receita de O & M	8	(11.101)	(19.234)
Amortização ativo financeiro	8	115.295	86.118
Impairment		(11.871)	11.871
Depreciação		-	2
Juros sobre empréstimos		44.624	41.530
		<u>68.355</u>	<u>28.444</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>			
Concessionárias e Permissionárias		228	(10.943)
Despesas antecipadas		2.481	-
Impostos a recuperar		(498)	435
Estoques		299	(8.733)
Outros		(752)	15.107
		<u>1.758</u>	<u>(4.134)</u>
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>			
Fornecedores e Empreiteiros		8.872	(26.983)
Impostos e Contribuições		(440)	(441)
Taxas regulamentares		1.139	1.806
Folha de pagamento		11	10
Outros		391	(355)
		<u>9.973</u>	<u>(25.963)</u>
<b>Caixa proveniente das (usados nas) atividades operacionais</b>		<b>80.086</b>	<b>(1.653)</b>
Juros sobre financiamentos pagos		(38.047)	(51.473)
<b>Recursos líquidos provenientes das (usados nas) atividades operacionais</b>		<b>42.039</b>	<b>(53.126)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições do imobilizado		(228)	(2.147)
Aplicação Financeira		-	-
Cauções e depósitos vinculados		479	-
Amortização Ativo Financeiro		-	-
Adições ao ativo financeiro - Concessão		(9.381)	(17.277)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(9.130)</b>	<b>(19.424)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Cauções e depósitos vinculados			(18.693)
Captação de empréstimos e Financiamentos		6.750	504.993
Adiantamento para futuro aumento de capital		14.502	49.998
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		(53.746)	(476.267)
<b>Caixa proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento</b>		<b>(32.494)</b>	<b>60.031</b>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes		415	(12.519)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.793	18.312
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>6.208</b>	<b>5.793</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. ("Companhia"), constituída em 10 de julho de 2012, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos empreendimentos mencionados na Nota 2. As instalações incluem os serviços de apoio e administrativos, os equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no contrato de concessão no 020/2012, na legislação e regulamentos aplicáveis.

Os recursos necessários para a construção da linha de transmissão foram obtidos, através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 32.882 (capital circulante negativo no valor de R\$ 33.289 em 31 de dezembro de 2015), principalmente devido ao registro no passivo circulante de provisões contratuais oriundas da conclusão da construção dos ativos de concessão.

Conforme descrito na nota explicativa nº 23, em janeiro de 2017 a Companhia emitiu 150.000 mil debêntures, equivalente a R\$151.283. O valor de emissão destas constitui peça fundamental na estruturação de dívida de longo prazo e estava prevista no plano de negócios da Companhia elaborado para participação no leilão de energia em 2012.

O atraso na emissão das debêntures ocasionou inadimplência por parte da Companhia, para com fornecedores diretamente ligados ao investimento realizado. Com a emissão das debêntures, a inadimplência deverá ser equacionada e o endividamento de curto prazo reduzido.

### **2 Concessões**

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012 - ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; CS, 281 km;
- LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro; CS, 154 km; sendo os 15 km dentro da Estação Ecológica do Taim em CD;
- LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar; CS, 52 km;
- SE Nova Santa Rita 525 kV;
- SE Povo Novo 525/230 kV - 672 MVA;

- SE Marmeleiro 525 kV, com compensador síncrono de +- 200MVAr;
- SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kV - 75MVA;
- Em 19/11/2014, foi emitida pela ANEEL a Resolução Autorizativa de nº 4.916, autorizando a TSLE a implantar reforços nas instalações de transmissão, especificamente na SE Povo Novo. A RAP anual para este projeto é de R\$5.239 e o prazo para entrada em operação comercial é de 24 meses, porém a expectativa da Companhia é iniciar a operação em abril de 2017.

### **3 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As presentes demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 09 de fevereiro de 2017.

#### **a. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

#### **b. Moeda funcional e de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

### **4 Sumário das principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

#### **a. Instrumentos financeiros**

##### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

#### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreende “Caixa e equivalentes de caixa”, “contas a receber” e “ativos financeiros de concessão”.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

### **(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

### **b. Contas a receber - Concessionárias e permissionárias**

Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescidas das variações monetárias, quando contratadas.

### **c. Concessões**

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de transmissão de energia elétrica. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01 e OCPC 05. Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo financeiro este direito de cobrar os usuários durante período de concessão, sendo o valor realizado conforme divulgado no item (i).

Adicionalmente, a Companhia possui em seus contratos, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconhece outro ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão.

Maiores informações sobre os contratos de concessão estão incluídos na nota explicativa nº 2.

**(i) *Dos usuários***

A Companhia reconhece como um recebível o direito de cobrar os usuários pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 - Contratos de Concessão. O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 4.e, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme descrito abaixo.

O recebível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba o contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescido das variações monetárias, quando contratadas.

**(ii) *Poder concedente - Indenização***

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (União) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente.

**(iii) *Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros***

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em grupos de ativos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidade geradora de caixa).

O ativo financeiro é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade dos seus ativos financeiros (*impairment*), utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos.

Os testes de *impairment* e os impactos no resultado do exercício estão apresentados na nota 8.

**d. Taxas regulamentares**

Trata-se de encargos do setor elétrico brasileiro, pagos mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, exceto os projetos de pesquisa e desenvolvimento, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

**e. Receitas**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

**(i) Receita de operação e manutenção (O & M)**

A receita de operação e manutenção compreende a parcela da receita que cobre os custos da empresa com a operação e manutenção, necessários à continuidade de suas atividades. Estão incluídos os encargos sobre a receita, pis e cofins, custos de pessoal, material, serviços e outros, incluindo os gastos administrativos.

**(ii) Contratos de construção**

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

**(iii) Receita com ativo financeiro**

A receita financeira, decorrente do ativo financeiro, é reconhecida na medida em que o ativo financeiro amortizável registrado no ativo circulante e não circulante é realizado, conforme prazo da concessão estipulado em contrato. O cálculo desta receita é baseado na taxa interna de retorno calculada internamente, conforme premissas definidas pela administração.

Uma pequena parte desta receita é referente à construção, sendo registrada em contrapartida ao custo de construção, que são os investimento feitos neste ativo financeiro. A receita é igual ao custo devido à decisão da empresa por trabalhar com margem de lucro de construção "zero".

**f. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**g. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

## **5 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2016	31/12/2015
Caixas e depósitos bancários à vista	24	4
Aplicações financeiras	<u>6.184</u>	<u>5.789</u>
	<u>6.208</u>	<u>5.793</u>

As Aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e consistem em investimentos de baixo risco, possuindo liquidez diária e com rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), cujos rendimentos são de 100% do CDI.

## **6 Concessionários e permissionários**

Referem-se a valores a receber de concessionárias e permissionárias relativas ao serviço de transmissão de energia elétrica e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia. Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.



## 7 Impostos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
IRRF sobre aplicações financeiras	480	234
IRRF sobre faturamento	339	179
CSRF sobre faturamento	217	122
Outros	3	6
	1.039	541
 Circulante	 1.036	 541
Não circulante	3	-

## 8 Ativo financeiro

A Companhia possui um Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012- ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), onde foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos.

Em 31 de Dezembro de 2016 a empresa possui R\$ 150.413 (R\$ 161.068 em 31 de dezembro de 2015) como contas a receber do poder concedente, referentes ao montante indenizável ao final da concessão. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial. Como esse valor será indenizável apenas em 2042, o montante está registrado no ativo não circulante.

A Companhia possui também o ativo financeiro amortizável pela Receita Anual Permitida (RAP), que é atualizado pela receita financeira, e amortizado pela receita definida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), dos usuários do sistema, descontada da receita de operação e manutenção. Este montante está segregado entre ativo circulante e ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do circulante é R\$30.249 e, não circulante, R\$746.136 (em 31 de dezembro de 2015 era de R\$28.215 no circulante e R\$734.834 no não circulante).

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo financeiro</b>		
Ativo financeiro amortizável - RAP	30.249	28.215
<b>Total circulante</b>	30.249	28.215
Ativo financeiro amortizável - RAP	746.136	734.834
Ativo financeiro indenizável	150.413	161.068
(-) Impairment	-	(11.871)
<b>Total não circulante</b>	896.549	884.031
<b>Total</b>	926.798	912.246

Abaixo é apresentada a movimentação do ativo financeiro:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Saldo inicial do ativo financeiro	912.246	849.614
(+) Receita de construção (Nota 16)	9.381	68.570
(+) Receita dos serviços de O & M (Nota 16)	11.101	19.234
(+) Receita com ativo financeiro (Nota 16)	97.494	72.817
(-) Amortização - Receita anual permitida (RAP)	(115.295)	(86.118)
(+/-) Reversão/Provisão <i>Impairment</i>	11.871	(11.871)
Saldo do ativo financeiro	926.798	912.246

Em 2015 a Companhia concluiu o processo de unitização dos bens perante a ANEEL e com isso reavaliou a estimativa de ativo financeiro indenizável.

### **Impairment**

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2016, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do impairment. Como a Companhia possui somente uma única concessão (nº 020/2012-ANEEL), foi considerado o teste para uma unidade geradora de caixa - UGC.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2016, foi realizado teste de impairment, o qual reverteu o montante de R\$11.871 contabilizado em 2015. Esta reversão ocorreu, principalmente, em virtude da redução da taxa de desconto para fluxo de caixa adotado pelas controladoras.

### **Principais premissas adotadas**

	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Taxa de desconto para o fluxo de caixa - Transmissão	6,41% pós-tax	5,10 pós-tax
Preço da receita anual permitida projetada	De acordo com a resolução homologatória emitida pela ANEEL.	De acordo com a resolução homologatória emitida pela ANEEL.
PIS e Cofins	9,25% sobre a receita bruta	9,25% sobre a receita bruta
Pesquisa e desenvolvimento	1% da ROL	1% da ROL
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita anual permitida	0,4% da receita anual permitida
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das concessões e/ou autorizações	Prazos das concessões e/ou autorizações

## **9 Cauções e depósitos vinculados**

Em 31 de Dezembro de 2016 a Companhia possui o valor de R\$ 18.214, (R\$ 18.693 em 31 de dezembro 2015) referente a aplicações em Fundos de Investimento do Bradesco S.A. (FIC FI REF DI Federal), com carteira formada por títulos de renda fixa públicos federais e rentabilidade atrelada à variação do CDI.

A aplicação possui finalidade de constituir Conta Reserva para troca das garantias atuais das obrigações dos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES.

## 10 Fornecedores e empreiteiros

	31/12/2016	31/12/2015
Materiais	8.611	5.081
Serviços	9.655	5.989
Provisões contratuais	31.361	29.685
	49.627	40.755
Fornecedores e empreiteiros	18.266	11.070
Provisões contratuais	31.361	29.685

O saldo de fornecedores é relativo ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos usados na construção das linhas de transmissão. Os valores são reconhecidos quando ocorrem as respectivas medições e aceites de cada fase da obra, obedecendo ao cronograma físico/econômico, determinado em contrato com o empreiteiro. As medições/aceites são os instrumentos usados para reconhecer a obrigação e o respectivo ativo. Esses valores permanecem nessa conta até que os respectivos documentos fiscais sejam recebidos e os pagamentos sejam autorizados e realizados.

## 11 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimo ponte - Cessão de crédito (a)	-	10.007
BNDES (b)	454.852	485.264
	454.852	495.271
<b>Circulante</b>	37.231	46.862
<b>Não circulante</b>	417.621	448.409

### a. Empréstimo ponte

O valor de R\$10.007 registrado em 31 de dezembro de 2015, trata-se de instrumento particular de contrato de Cessão de Créditos firmado entre Elecnor do Brasil (cedente), Banco ABC Brasil (Cessionário) e TSLE (Devedora), onde o Cedente titular dos créditos, cede e transfere ao Cessionário o direito de cobrar os créditos indicados acima, da Devedora.

O saldo de 31 de dezembro de 2015, era devido ao Banco ABC e foi liquidado durante este exercício.

### b. BNDES

A Companhia utiliza recursos de empréstimos e financiamentos para financiar a implantação de seus empreendimentos. Em 31 de Dezembro de 2016 a Companhia possui contabilizados os montantes de R\$ 37.231 e R\$ 417.621 no passivo circulante e não circulante, respectivamente, referente ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que tem como garantia a totalidade das ações da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

### **Convenants e garantias**

O financiamento com o BNDES tem como garantia a caução do penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas da Companhia de propriedade dos Acionistas.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária e três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual a superior a 1,2 vezes;
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2016, as cláusulas restritivas (*Covenants*) estabelecidas nos contratos de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

## **12 Taxas regulamentares**

	31/12/2016	31/12/2015
Reserva global de reversão (RGR)	1.707	1.218
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	835	359
Taxa de fiscalização - ANEEL	403	229
	<u>2.945</u>	<u>1.806</u>

Refere-se a encargos do setor elétrico brasileiro pagos pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica.

- **Reserva Global de Reversão - RGR** - É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

- **Pesquisa e Desenvolvimento - P&D** - A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as empresas transmissoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Receita Operacional Líquida - ROL, em programas de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo, 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulados pela ANEEL e 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia - MME.
- **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)** - Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

### 13 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	31/12/2016	31/12/2015
Diferença ativo financeiro	20.894	6.889
Provisão para impairment (nota 8)	-	(4.036)
	20.894	2.853

### 14 Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo da conta “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 171.361 (R\$ 156.859 em 31 de dezembro de 2015) está composto por valores recebidos dos acionistas como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT.	83.967	72.012
Eletrosul Centrais Elétricas S.A	87.394	84.847
	171.361	156.859

## 15 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2016 o capital autorizado é de R\$ 450.000 (idem em 31 de dezembro de 2015), e o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 280.000, o qual é representado por 280.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	31/12/2016 e 31/12/2015		
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Acionistas			
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	142.800.000	51	142.800
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	137.200.000	49	137.200
	280.000.000	100	280.000

## 16 Receita operacional líquida

A conciliação entre receita operacional bruta e a receita operacional líquida em atendimento ao CPC 30 (R1) - Receitas é apresentada abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Receita de serviços de O & M	11.101	19.234
Receita com ativo financeiro	97.494	72.817
Receita de construção	9.381	68.570
Receita Operacional Bruta	117.976	160.621
Dedução da receita bruta	(14.647)	(9.699)
Receita Operacional líquida	103.329	150.922

## 17 Custos de operação

	31/12/2016	31/12/2015
Materiais	-	(7)
Serviços de terceiros	(5.926)	(13.269)
Indisponibilidade de equipamento	(2.271)	(11.275)
Associação ONS	(39)	(21)
Seguros	(237)	-
Outros	-	(75)
	(8.473)	(24.647)

## 18 Despesas administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Honorários	(850)	(1.177)
Serviços de terceiros	(1.709)	(2.618)
Materiais	(17)	(7)
Depreciação	(52)	(2)
Outros	<u>(58)</u>	<u>(9)</u>
	<u>(2.686)</u>	<u>(3.813)</u>

## 19 Resultado financeiro líquido

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita com aplicações financeiras	2.891	2.027
Outros	<u>331</u>	<u>50</u>
	<u>3.222</u>	<u>2.077</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de empréstimos e financiamentos	(59.705)	(62.319)
Encargos Selic	(784)	(1.300)
Variação monetária	(3.104)	-
Juros de mora	(4.920)	-
Outros	<u>(467)</u>	<u>-</u>
	<u>(68.980)</u>	<u>(63.619)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(65.758)</u>	<u>(61.542)</u>

## 20 Transações com partes relacionadas

### a. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a diretoria executiva, durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 850 (R\$ 1.177 em 31 de dezembro de 2015).

### b. Transações e saldos

A acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A, parte relacionada, possui os seguintes contratos com a TSLE:

- (i) Contrato de Prestação de Serviços de O & M: Valor de R\$ 66 mensais. Com vigência de 4 anos a partir da entrada em operação comercial.
- (ii) Contrato de Compartilhamento de Instalações - SE NOVA SANTA RITA 525 Kv: Valor de R\$ 1.059 a título de ressarcimento de custos de análise de projetos, atualização de estudos, fornecimento de documentos técnicos, fiscalização da obra, acompanhamento da obra e comissionamento das instalações. E ainda, a quantia de R\$ 2, a título de ressarcimento de custos de manutenção e conservação.

## 21 Contingências

A Companhia não possui contra si litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis ou possíveis de perda, portanto em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 nenhuma provisão e ou divulgação é requerida.

## 22 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

### a. Gestão de risco financeiro

#### *Fatores de risco financeiro*

##### *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

#### *Instrumentos financeiros por categoria*

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	6.208	5.793
Cauções e depósitos vinculados	18.214	18.693
Concessionárias e Permissonárias	12.242	12.470
Ativo financeiro amortizável pela RAP (circulante)	30.249	28.215
Ativo financeiro amortizável pela RAP (não circulante)	734.265	722.963
Ativo financeiro indenizável	150.413	161.068
	<u>951.591</u>	<u>949.202</u>
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Fornecedores e empreiteiros	(18.266)	(11.070)
Empréstimos e financiamentos	(454.852)	(495.271)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(171.361)	(156.859)
	<u>(644.479)</u>	<u>(663.200)</u>

### b. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

#### (i) *Operações ativas*

As operações da Companhia são indexadas a taxas prefixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

#### (ii) *Operações passivas*

A Companhia está sujeita ao risco de juros nos empréstimos pós-fixados indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 31 de Dezembro de 2016, a Companhia possuía R\$ 454.852 como sua dívida total indexada em TJLP. Dessa forma, eventual valorização desse indexador poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.



A companhia para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros com taxas de juros pós-fixadas.

Índices	Saldo	Exposição	Redução despesa financeira - 12 meses		Cenário Provável	Aumento despesa financeira - 12 meses		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)		Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	
<b>Ativo</b>								
Aplicações financeiras	6.208	CDI	14,00%	435	652	869	1.086	1.304
Cauções e depósitos vinculados	18.214	CDI	14,00%	1.275	1.912	2.550	3.187	3.825
<b>Passivo</b>								
Empréstimos e Financiamentos	454.852	TJLP	7,50%	17.057	25.585	34.114	42.642	51.171

## 23 Eventos Subsequentes

### a. Emissão debêntures

A Companhia constituiu a primeira emissão de debêntures e a data da liquidação financeira ocorreu no dia 12 de janeiro de 2017. Os valores envolvidos na transação são da ordem de R\$ 151.283, sendo descontado deste valor R\$ 14.905 a título de comissionamento. Sobre o valor da dívida incidiram juros de 7.56% a.a mais o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) acumulado. O valor atualizado será amortizado em 28 parcelas semestrais e consecutivas sendo o primeiro pagamento para o dia 15 de junho de 2017.

### b. Devolução adiantamento para futuro aumento de capital

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 25 de janeiro de 2017 aprovou a devolução para as acionistas de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, no valor de R\$71.500, sendo que, cada acionista deverá receber o valor correspondente a sua quota de participação no capital social da Companhia. Os valores foram depositados nas contas correntes de titularidade dos mesmos no dia 26 de janeiro de 2017. A acionista Eletrosul Centrais Elétricas S.A. recebeu a quantia de R\$36.465 e a acionista Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT a quantia de R\$35.035 mil. O valor de R\$99.861, saldo remanescente da conta contábil adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC reduzida da devolução, será integralizado ao capital social da Companhia.